



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXVI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 20/janeiro/2001**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL ( LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente  
Juíza DORA VAZ TREVIÑO  
Advogado FRANCISCO ARY MONTENEGRO CASTELO

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juíza MARIA APARECIDA PELLEGRINA – Presidenta da Comissão  
Juiz JOSÉ ROBERTO CAROLINO  
Advogado RENATO RUA DE ALMEIDA (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 23 de janeiro de 2001, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.

**BOA SORTE.**

COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO  
Rua da Consolação, 1272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP  
Fone: 255-4111 Ramal 2297

## DIREITO DO TRABALHO

### 1) REMUNERAÇÃO. INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA

- a) o empregador, titular da patente, deverá conceder ao empregado, autor de invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa, participação tal que sempre se incorpora ao salário do empregado
- b) a remuneração do repouso semanal, para os que trabalham por tarefa ou peça, será o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador
- c) considera-se mora contumaz apenas o atraso dos salários devidos aos empregados por período superior a três meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento
- d) na falta de estipulação do salário o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante, valor também dependente de igual produtividade e da igual perfeição técnica

### 2) CONSIDERANDO OS ITENS RELATIVOS À COMISSÃO PRÉVIA DE CONCILIAÇÃO, CONFORME A LEI 9.958/2000,

- 1- o mandato dos seus membros é de um ano, permitida uma recondução
- 2- é vedada a dispensa dos representantes dos empregados, apenas os titulares, até um ano após o final do mandato, salvo se cometida falta grave, nos termos da lei
- 3- o representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atribuições apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nesta atividade
- 4- qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços houver sido instituída a comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria
- 5- não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da comissão, que deverá ser juntada à eventual ação trabalhista
- 6- aceita a conciliação, o respectivo termo assinado por todos revela título executivo extrajudicial, cuja eficácia fica subordinada à vedação contida no artigo 477, parágrafo segundo, da CLT, e às ressalvas expressas, para julgamento na ação trabalhista
- 7- o prazo prescricional é interrompido a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia

### INDICAR A ALTERNATIVA

- a) todos os tópicos estão corretos
- b) estão corretos, no conjunto, os tópicos 1, 2, 4 e 7
- c) estão corretos, no conjunto, os tópicos 2, 5, 6 e 7
- d) estão corretos os tópicos 1, 3, 4 e 5

3) HORAS EXTRAS PRESTADAS COM HABITUALIDADE DURANTE PELO MENOS UM ANO. SUPRESSÃO. CONSEQUÊNCIAS, CONFORME O ENUNCIADO 291 DO C. TST

- a) indenização correspondente a um mês das horas extras suprimidas para cada ano, observada a média dos últimos doze meses
- b) indenização correspondente a um mês das horas extras suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses, observada a média das suplementares trabalhadas nos últimos doze meses, levando em conta o valor das horas extras no momento da supressão
- c) integração da média na remuneração para todos os efeitos
- d) nenhuma consequência, porque então respeitado o expediente normal padrão e devidas apenas as extraordinárias cumpridas

4) PAULO PEREIRA TRABALHA, COMO TEMPORÁRIO, NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO, E MORA EM GUARULHOS. UTILIZA DUAS CONDUÇÕES DIÁRIAS, DE 2ª FEIRA A 5ª FEIRA. NA 6ª FEIRA, ACOMPANHADO DA ESPOSA, SEMPRE USA TRANSPORTE SELETIVO ESPECIAL. O DIREITO

- a) vale-transporte de 2ª feira a 6ª feira, com reflexos na contribuição previdenciária
- b) vale-transporte de 2ª feira a 6ª feira, com reflexos no FGTS, na gratificação natalina
- c) vale-transporte de 2ª feira a 5ª feira
- d) não tem direito a vale-transporte

5) SEGUNDO O RECENTE PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL 177 DA SDI DO C. TST, A APOSENTADORIA EXTINGUE O CONTRATO DE TRABALHO. ASSIM, A MULTA DO FGTS EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR À APOSENTADORIA É

- a) devida, mesmo que, concomitante ao benefício previdenciário (aposentadoria), o empregado peça demissão, porque tal multa corresponde a FGTS recolhido durante o relacionamento empregatício havido
- b) indevida, mesmo que, após a concessão do benefício previdenciário (aposentadoria), o empregado continue a trabalhar na empresa
- c) devida, quando, após a concessão do benefício previdenciário (aposentadoria), o empregado continua a trabalhar na empresa
- d) devida, sempre, porque tal multa corresponde a FGTS recolhido durante o relacionamento empregatício havido

6) REMUNERAÇÃO. CONFORME O ARTIGO 457 DA CLT E O ENUNCIADO 354 DO C. TST, ALÉM DO SALÁRIO DEVIDO E PAGO DIRETAMENTE PELO EMPREGADOR, INTEGRAM A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO

- a) as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, excetuadas aquelas oferecidas espontaneamente pelo cliente; e as ajudas de custo que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário

b) as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, todavia não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado

c) as ajudas de custo e as diárias para viagem, mesmo que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado

d) as diárias para viagem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado; também as gorjetas cobradas na nota de serviço, excetuadas aquelas oferecidas espontaneamente pelo cliente

7) FÉRIAS. NÃO TERÁ DIREITO O EMPREGADO QUE, NO CURSO DO PERÍODO AQUISITIVO (INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA)

a) permanecer em gozo de licença, por mais de 31 (trinta e um) dias; e tiver percebido da Previdência Social prestações apenas de acidente de trabalho por mais de 180 (cento e oitenta) dias

b) deixar o emprego e não for readmitido dentro de 90 (noventa) dias subsequentes à sua saída; e deixar de trabalhar, sem salário, por mais de 31 (trinta e um) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa

c) tiver percebido da Previdência Social prestações apenas de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos; permanecer em gozo de licença, sem percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias

d) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa; deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída

8) DURAÇÃO DO TRABALHO. EMPREGADO FERROVIÁRIO, CONVIDADO A CUMPRIR ESCALA DE PRONTIDÃO DE DOZE HORAS, ADQUIRIU "BIP" POR CONTA PRÓPRIA. ASSIM, SÃO REMUNERADAS AS CORRESPONDENTES EXTRAORDINÁRIAS

a) dois terços do salário-hora normal

b) salário integral

c) as efetivamente trabalhadas

d) um terço do salário-hora normal

9) FÉRIAS. INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA.

a) somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, que não poderão ser inferiores a quinze dias corridos; aos menores de dezesesseis anos e aos maiores de cinquenta e cinco anos as férias serão sempre concedidas de uma só vez

b) se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo salário do período aquisitivo, ou quando o valor não tiver sido uniforme, será computada a média semestral recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes

c) é facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito, individual ou coletiva, em abono pecuniário, mediante requerimento individual apresentado quinze dias antes do término do período aquisitivo

d) a concessão das férias será participada por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, trinta dias; somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, nenhum inferior a dez dias corridos

#### 10) RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. CONSIDERANDO AS PROPOSTAS

1- O pagamento a que fizer jus o empregado, independentemente de sua condição cultural, será efetuado no ato da homologação da rescisão contratual, em dinheiro ou em cheque visado

2- tal pagamento deverá ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, na hipótese de indenização do aviso prévio

3- A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado, contado desde a admissão, e independentemente do tempo de duração, será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses

4- Para os empregados que trabalhem por serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumeiramente gasto para a realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias

5- Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador ato lesivo da honra ou da boa fama praticado, no serviço, pelo empregado, contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em legítima defesa, própria ou de outrem

6- Também, quanto à embriaguez, constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a falta respectiva do empregado exclusivamente em serviço

7- O empregado poderá considerar rescindido o contrato quando praticar o empregador ou seus prepostos, contra o empregado, exclusivamente, ato lesivo da honra e boa fama

8- Também, quando o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários

#### ESTÃO CORRETAS, NO CONJUNTO, AS PROPOSTAS

a) 1, 4 e 6

b) 2, 6 e 7

c) 1, 3 e 5

d) 4, 5 e 8

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

#### 11) CONSIDERANDO OS ITENS

1- embora a competência da Justiça Federal Comum nas causas em que a União, empresa pública ou entidade autárquica federal forem interessadas (autoras, rés, assistentes ou oponentes), compete também

à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previdenciárias oficiais decorrentes das sentenças que proferir

2- compete também ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de jurisdição entre Juízes Estaduais investidos na jurisdição trabalhista e Juízes de Varas do Trabalho, inclusive os conflitos de jurisdição entre as Turmas dos Tribunais Regionais Federais

3- a legitimação do Ministério Público para promover ação civil pública, visando à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, impede a legitimação de terceiros, nas mesmas hipóteses

4- os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos respectivos créditos, ressalvados os créditos de natureza alimentícia e aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor

5- os Juízes gozam da garantia da vitaliciedade que, como também para aqueles que ingressam diretamente nos tribunais, será adquirida após dois anos de exercício

6- compete ao Supremo Tribunal Federal julgar em recurso ordinário as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País

a) estão corretos, no conjunto, os tópicos 1, 2 e 6

b) estão corretos, no conjunto, os tópicos 3, 4 e 5

c) estão corretos apenas os tópicos 2 e 6

d) estão corretos apenas os tópicos 1 e 4

## 12) GREVE. INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA

a) durante a greve, em qualquer hipótese, é vedada a rescisão do contrato de trabalho, como também a contratação de trabalhadores substitutos

b) na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de quarenta e oito horas da paralisação

c) na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição, inclusive a paralisação motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho

d) o estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e *quorum* para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve e, na falta de entidade sindical, a assembleia geral dos trabalhadores interessados deliberará, constituindo comissão de negociação

## 13) EMPREGADO ALISTADO PARA O SERVIÇO MILITAR INVOCA MOTIVO DE CONVICÇÃO POLÍTICA PARA EXIMIR-SE DE ATIVIDADE DE CARÁTER MILITAR

a) poderá eximir-se por convicção política, mas deverá prestar serviços alternativos

b) poderá eximir-se por convicção política, em tempo de paz, mas deverá prestar serviços alternativos

c) somente por convicções filosóficas ou crença religiosa poderá o convocado eximir-se da obrigação

d) o serviço militar é obrigatório e a convicção política não é motivo para dispensa

14) RESOLVER DEFINITIVAMENTE SOBRE TRATADOS, ACORDOS OU ATOS INTERNACIONAIS QUE ACARRETEM ENCARGOS OU COMPROMISSOS GRAVOSOS AO PATRIMÔNIO NACIONAL, COMPETE AO

- a) Presidente da República
- b) Presidente da República com o referendo do Congresso Nacional
- c) Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República
- d) Congresso Nacional

### DIREITO ADMINISTRATIVO

15) REVERSÃO. É O RETORNO À ATIVIDADE DE SERVIDOR APOSENTADO POR INVALIDEZ. INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA

- a) poderá ocorrer em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, desde que seja no mesmo cargo, nível, classe e padrão em que ocorreu a aposentadoria ou em outro cargo, quando reorganizado ou transformado
- b) dar-se-á quando cessada a invalidez, por declaração de junta médica oficial, que torne insubsistentes os motivos da aposentadoria, mediante solicitação do servidor, e desde que a aposentadoria tenha sido voluntária e ocorrida nos cinco anos anteriores à solicitação, estável quando na atividade e haja cargo vago
- c) dar-se-á no interesse da administração, certificada pelo órgão ou entidade a aptidão física e mental do servidor para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, desde que, encontrando-se provido o cargo, o servidor exerça suas atribuições como excedente de lotação
- d) será tornado sem efeito o ato de reversão se o exercício não ocorrer no prazo de trinta dias

16) ATO DISCIPLINAR. APRECIÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. ASPECTOS

- a) somente os atos vinculados poderão ser apreciados pelo Judiciário sobre o aspecto da legalidade
- b) apreciará os aspectos de justiça ou da injustiça e da legalidade ou ilegalidade
- c) apreciará sob o aspecto da oportunidade e conveniência e da justiça ou injustiça
- d) apreciará sob o aspecto da legalidade

17) ATO ADMINISTRATIVO. "PRIVILÉGIO DO PRELIMINAR". CONSEQUÊNCIAS

- a) o ato administrativo só ganha executoriedade após confirmado pelo Judiciário quanto à legalidade
- b) são atos administrativos que beneficiam apenas alguns cidadãos que reúnam as exigências previstas no ato
- c) torna as decisões administrativas executórias

d) possibilita a suspensão preliminar de ato administrativo

**DIREITO CIVIL**

18) OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL, COM VÁRIOS DEVEDORES, QUE NÃO FOI PAGA POR CULPA DE UM DOS DEVEDORES. CONSEQUÊNCIAS

- a) a obrigação não perde a sua qualidade de indivisível mas se resolve em perdas e danos, com responsabilidade de todos os devedores
- b) a obrigação não perde a qualidade de indivisível e todos continuarão a responder pelo cumprimento da obrigação e pelas perdas e danos
- c) a obrigação perde a qualidade de indivisível e se resolve em perdas e danos respondendo tão-somente o devedor culpado
- d) a obrigação perde a qualidade de indivisível e todos os devedores responderão por perdas e danos

19) A COAÇÃO, PARA VICIAR A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE, HÁ DE SER TAL QUE INCUTA AO PACIENTE FUNDADO TEMOR DE DANO À SUA PESSOA, À SUA FAMÍLIA, OU A SEUS BENS, IMINENTE E IGUAL, PELO MENOS, AO RECEÁVEL DO ATO EXTORQUIDO

- a) quando exercida por terceiro, a coação não vicia o ato
- b) se a coação exercida por terceiro for previamente conhecida à parte, a quem aproveite, responderá esta subsidiariamente com aquele por todas as perdas e danos
- c) mesmo que a parte prejudicada com a anulação do ato não saiba da coação exercida por terceiro, ambos responderão por perdas e danos
- d) nda

20) A VALIDADE DAS DECLARAÇÕES DE VONTADE NÃO DEPENDERÁ DE FORMA ESPECIAL, SENÃO QUANDO A LEI EXPRESSAMENTE A EXIGIR

- a) não vale o ato, que deixar de revestir a forma especial, determinada em lei (agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei), salvo quando esta comine sanção diferente contra a preterição da forma exigida
- b) mesmo a aqueles que não se impõe forma especial, os atos jurídicos não poderão ser provados por arbitramento ou presunção
- c) os atos jurídicos, a que não se impõe forma especial, poderão provar-se mediante testemunhas, exceto, entre outras, os cegos e surdos em geral, os menores de dezoito anos, bem como o ascendente e o descendente, ou o colateral, em qualquer grau
- d) o instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, sendo subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor, inclusive as de cessão, a respeito de terceiros, independentemente de inscrição em registro público

## DIREITO COMERCIAL

21) NORTON COMERCIAL LTDA., COM DÍVIDAS VENCIDAS HÁ MAIS DE SEIS MESES, SEM QUALQUER FATOR RELEVANTE PARA O NÃO PAGAMENTO, TENDO SIDO DECLARADA A FALÊNCIA, REQUER CONCORDATA SUSPENSIVA

- a) o pedido encontra óbice legal
- b) o pedido é perfeitamente viável desde que tenha condições para tanto
- c) o falido não tem legitimidade para o pedido de concordata suspensiva, posto que perdeu o poder de administração; o pedido deverá ser feito pelo síndico
- d) a concordata suspensiva somente é possível em caso de autofalência

22) CONSIDERANDO-SE QUE AS QUOTAS DE UM SÓCIO DE DETERMINADA SOCIEDADE LIMITADA PODEM SER PENHORADAS, CONCLUÍMOS QUE:

- a) não existem meios de impedir que um estranho adquira compulsoriamente o estado de sócio pela penhora da quota
- b) a penhora da quota violenta a "affectio societatis" e os arrematantes, que a adquirem na execução processual, de forma alguma se tornarão sócios
- c) o melhor a fazer é declarar a quota penhorada fora do mercado e conseqüentemente determinar a retirada do sócio executado, uma vez que se trata de uma sociedade de pessoas
- d) a solução deve conjugar os interesses dos sócios ou do sócio não executado, da sociedade e buscar saída no processo de execução, ainda que dele não participem aqueles ora referidos, caso contrário ter-se-á que reduzir o capital

## PROCESSO DO TRABALHO

23) DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS DISSÍDIOS COLETIVOS. INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA

- a) a União poderá interpor recurso, o qual será sempre recebido no efeito suspensivo quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo
- b) a União poderá interpor recurso, quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo, o qual será recebido apenas no efeito devolutivo, tendo em vista o necessário respeito à autonomia dos poderes
- c) a União não poderá interpor recurso, porque a Decisão do Judiciário, no caso de política salarial, será apreciada pelo Tribunal Superior do Trabalho, e não deve ser malferido o princípio constitucional da autonomia dos poderes
- d) a União poderá interpor recurso, o qual será recebido apenas no efeito devolutivo, porque a Decisão do Judiciário, no caso de política salarial, será apreciada pelo Tribunal Superior do Trabalho, e não deve ser malferido o princípio constitucional da autonomia dos poderes

24) VARA DO TRABALHO E DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA EM QUE A EMPREGADORA NÃO CONTESTA A RELAÇÃO DE EMPREGO PERSEGUIDA PELO EMPREGADO, SENDO REVEL E CONFESSA. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FOI ENCAMINHADO À VARA DO TRABALHO. INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA.

- a) a declaração de relação empregatícia compete à Justiça do Trabalho; correto o procedimento da Delegacia Regional do Trabalho
- b) não existe revelia em sede administrativa; correto o procedimento da Delegacia Regional do Trabalho
- c) compete à Delegacia Regional do Trabalho proceder à anotação da carteira de trabalho do empregado, ato contido na sua competência administrativa
- d) em havendo revelia, correto o procedimento da Delegacia Regional do Trabalho

25) CONVENÇÃO COLETIVA E ACORDO COLETIVO. VALIDADE COM

- a) a homologação pelo Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região
- b) a homologação pelo Tribunal Regional do Trabalho da Convenção e depósito do Acordo no Departamento Nacional do Trabalho, e no prazo de quinze dias da assinatura
- c) depósito no órgão regional do Ministério do Trabalho no prazo de oito dias da assinatura
- d) depósito no órgão regional do Ministério do Trabalho no prazo de cinco dias da assinatura

26) NORTON S/A, REVEL, CULMINA CONDENADA EM HORAS EXTRAS, EQUIPARAÇÃO SALARIAL E REAJUSTES NORMATIVOS. INTIMADA DA SENTENÇA, APRESENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INFORMANDO E COMPROVANDO QUE O SINDICATO DA CATEGORIA JÁ PROMOVEU AÇÃO COBRANDO OS REAJUSTES, AINDA EM ANDAMENTO, FIGURANDO O RECLAMANTE NO ROL DE SUBSTITUÍDOS. O JUIZ DESTA AÇÃO DEVE

- a) acolher a prejudicial de coisa julgada e determinar o arquivamento desta demanda
- b) sobrestar esta demanda, aguardando o julgamento final da outra
- c) acolher a alegação de litispendência e, após ouvida a parte contrária, extinguir o pedido
- d) rejeitar os Embargos de Declaração, porque revel a embargante e preclusa a oportunidade para qualquer impugnação relativa aos reajustes salariais

27) CONFORME O ARTIGO 6º, § 3º, DA LEI 4.725/65, OS RECURSOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS DISSÍDIOS COLETIVOS TERÃO EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. O PROVIMENTO DO RECURSO NÃO IMPORTARÁ NA RESTITUIÇÃO DOS SALÁRIOS OU VANTAGENS PAGOS, EM EXECUÇÃO DO JULGADO. NESTE SENTIDO, A TEOR DOS ENUNCIADOS 246 E 350 DO C. TST, CUMULATIVAMENTE,

- a) é indispensável o trânsito em julgado da Sentença Normativa para a propositura da ação de cumprimento; e o prazo de prescrição com relação à Decisão Normativa flui a partir da data da citação do suscitado no Dissídio Coletivo

b) é dispensável o trânsito em julgado da Sentença Normativa para a propositura da ação de cumprimento e, porque coletivo o dissídio, não há qualquer prescrição para a interposição da ação de cumprimento

c) é dispensável o trânsito em julgado da Sentença Normativa para a propositura da ação de cumprimento; e o prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas a partir da data de seu trânsito em julgado

d) é indispensável o trânsito em julgado da Sentença Normativa para a propositura da ação de cumprimento; e o prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui a partir da data de seu trânsito em julgado

## 28) INDEFERIDA A PETIÇÃO INICIAL, O RECLAMANTE INTERPÕE RECURSO ORDINÁRIO E INDICA CLARAMENTE LAPSO COMETIDO PELO JUIZ. CONSEQUÊNCIA

a) o recurso ordinário deverá ser processado para que o órgão *ad quem* aprecie a matéria

b) o Juiz de primeiro grau poderá reformar sua decisão e colocar o processo em pauta

c) o recurso ordinário deverá ser processado já que o poder de reforma está centrado no agravo de instrumento apenas

d) o recurso ordinário deverá ser processado já que o poder de reforma está centrado no agravo de petição e no de instrumento apenas

## 29) SENTENÇA NORMATIVA. CASSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO DADO AO RECURSO. CONSEQUÊNCIAS

a) a cassação nenhum efeito terá uma vez que o seu cumprimento só se dará com o trânsito em julgado

b) a cassação nenhum efeito terá já que a sentença normativa tem efeito constitutivo, com a criação de novos direitos ou complementa direitos já existentes, e não executória

c) a cassação não retroage

d) a cassação retroage à data do despacho concessivo

## 30) AÇÃO RESCISÓRIA EM QUE ESTÁ ENVOLVIDO MENOR DE DEZOITO ANOS. PRAZO

a) corre normalmente

b) não corre enquanto o menor não atingir dezoito anos

c) poderá ser suspenso através de protesto judicial

d) não corre para menor de dezoito anos

## 31) CONSIDERANDO AS EXPRESSÕES

1- quando indeterminado no pedido em dissídio individual, deverá o Juízo fixar o valor da causa para determinação da alçada, podendo as partes impugná-lo ao aduzirem razões finais; se mantido, pode ser pedida a revisão da decisão, no prazo de quarenta e oito horas, ao Presidente do Tribunal Regional

2- nas ações de alçada exclusiva da Vara do Trabalho, somente caberá recurso quando a decisão recorrida versar sobre iterativa jurisprudência do C. TST

3- nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais poderão ser arguidas como preliminar de mérito quando da interposição do recurso contra a decisão definitiva, independentemente do momento em que o interessado fale nos autos

4- nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes, e ocorrendo nulidade fundada em incompetência de foro, serão considerados nulos os atos decisórios

5- tratando-se de trabalhadores entre dezesseis e vinte e um anos, as reclamações poderão ser feitas pelos seus representantes legais ou, na falta destes, por intermédio da Procuradoria da Justiça do Trabalho

6- reclamante apresentou reclamação verbal, ao distribuidor, e não se apresentou no prazo legal à Vara do Trabalho ou Juízo para fazê-la tomar por termo, assim, perde, pelo prazo de seis meses, o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho

ESTÃO CORRETOS, NO CONJUNTO, OS TÓPICOS

a) 1, 4 e 6

b) 1, 3 e 5

c) 2, 5 e 6

d) 3, 4 e 6

### PROCESSO CIVIL

32) NORTON S/A (RECLAMADA) E PAULO SILVA (RECLAMANTE) SÃO PARCIALMENTE SUCUMBENTES EM DEMANDA TRABALHISTA. RECEBENDO A NOTIFICAÇÃO RELATIVA À SENTENÇA, NO DIA SEGUINTE SEUS ADVOGADOS ENTRAM COM PETIÇÃO EM CONJUNTO REQUERENDO O SOBRESTAMENTO DO FEITO, POR 30 (TRINTA) DIAS, SOB ARGUMENTO QUE POSSÍVEL A CONCILIAÇÃO. O JUIZ DEVE

a) atender o pedido dos Advogados, porque a solução amigável está interessando às partes

b) atender o pedido dos Advogados, porque a solução amigável está interessando às partes, porém com prazo improrrogável

c) indeferir o pedido, mesmo contrariando a vontade das partes

d) deferir o pedido, determinando então que o Diretor de Secretaria certifique o trânsito em julgado da Sentença

33) PROLATADA A SENTENÇA, A PARTE SUCUMBENTE INTERPÔS RECURSO HÁBIL, AO MESMO TEMPO DEPOSITANDO O VALOR DA CONDENAÇÃO COM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, AUTORIZANDO A LIBERAÇÃO. EM SUAS RAZÕES RECURSAIS, A RECORRENTE DEIXA CLARO QUE, EMBORA CONCORDANDO COM O LEVANTAMENTO DO NUMERÁRIO, NÃO ESTÁ CONVENCIDA DA CORREÇÃO DOS ARGUMENTOS LANÇADOS NA SENTENÇA, MOTIVO PELO QUAL PRETENDE QUE A MATÉRIA SEJA APRECIADA PELO ÓRGÃO *AD QUEM*

a) o Juiz de primeiro grau não deverá processar o recurso face à preclusão lógica

- b) o Juiz de primeiro grau não deverá processar o recurso face ao pagamento
- c) presentes os requisitos de admissibilidade, não compete ao Juiz de primeiro grau adentrar ao mérito das razões recursais
- d) o recurso deverá ser processado, uma vez que é direito da parte a prestação jurisdicional completa

34) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELA SEGUNDA VEZ AGORA CONSIDERADOS PROTETATÓRIOS. CONSEQUÊNCIAS

- a) multa de 1%, com interrupção do prazo
- b) elevação da multa de 1% para 10%, com suspensão do prazo
- c) multa de 1%, sem suspensão do prazo
- d) elevação da multa de 1% para até 10%, com interrupção do prazo

35) AÇÃO PROPOSTA CONTRA DOIS RÉUS. DESISTÊNCIA DA AÇÃO COM RELAÇÃO A RÉU AINDA NÃO CITADO. PRAZO PARA DEFESA DO RÉU REMANESCENTE

- a) da data do despacho deferindo a desistência
- b) da citação
- c) da data em que o autor apresentou desistência com relação ao outro réu
- d) da data da intimação do despacho deferindo a desistência

36) PAULO SILVA PROPÕE AÇÃO CONTRA NORTON S/A, E O JUIZ DETERMINA A FEITURA DE PERÍCIA TÉCNICA. INDICADO ASSISTENTE TÉCNICO PELA RECLAMADA, O RECLAMANTE O IMPUGNA SOB ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO. O JUIZ PERMITE QUE A PARTE PROVE O QUE ALEGA E, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO, BASEIA-SE NO LAUDO DO ASSISTENTE TÉCNICO ARGUÍDO DE SUSPEITO. CONSEQUÊNCIAS

- a) o Juiz não pode indeferir nenhum incidente argüido pela parte, ainda que ilegal; o indeferimento enseja cerceamento de defesa
- b) houve efetivo cerceamento de defesa e a sentença é nula
- c) o Juiz usou do seu poder de condução do processo e indeferiu incidente ilegal, não havendo falar em nulidade do julgado
- d) o indeferimento do incidente, ainda que irregular, não se traduz em cerceamento de defesa, posto que está contido no poder de direção do processo pelo Juiz

37) PAULO SILVA PROPÕE AÇÃO, MAS NÃO JUNTA DOCUMENTO. NORTON S/A RECONHECE O FATO EM QUE SE FUNDOU A AÇÃO, MAS INVOCA FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO. O JUIZ FACULTOU AO AUTOR A PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL. CONSEQUÊNCIA

- a) ato passível de correição, posto que preclusa a oportunidade
- b) o ato do Juiz está conforme a lei

- c) o Juiz tem a direção do processo e poderá permitir a feitura de prova, ainda que preclusa a oportunidade
- d) o ato do Juiz, dando tratamento desigual às partes, é passível de mandado de segurança

**38) PODEM DEPOR COMO TESTEMUNHAS TODAS AS PESSOAS, EXCETO AS INCAPAZES, IMPEDIDAS OU SUSPEITAS**

- a) são impedidos, os menores de dezoito anos, também o colateral até quarto grau de alguma das partes
- b) são suspeitos, os condenados por crime de falso testemunho, ainda que não transitada em julgado a sentença
- c) sendo estritamente necessário, o Juiz ouvirá testemunhas impedidas, suspeitas e incapazes, todas com compromisso obrigatório, atribuindo o julgador o valor que possam merecer
- d) a testemunha não é obrigada a depor de fatos que acarretem grave dano a colateral até segundo grau

**39) ASSINALAR A EXPRESSÃO VERDADEIRA**

- a) incumbe o ônus da prova quando se tratar de falsidade de documento, à parte que produziu o documento; quando se tratar de contestação de assinatura, à parte que a arguir
- b) o incidente de falsidade somente tem lugar na fase de conhecimento, e durante a instrução processual
- c) o documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia do documento particular
- d) quando contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração e o fato declarado, transferindo à pessoa contra quem foi produzido o ônus da prova para descaracterizar o fato

**40) SE, DEPOIS DA PROPOSITURA DA AÇÃO, ALGUM FATO CONSTITUTIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO INFLUIR NO JULGAMENTO DA LIDE**

- a) fica facultado ao Juiz tomá-lo em consideração, e somente a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença
- b) fica facultado ao Juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença
- c) caberá ao Juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença
- d) caberá ao Juiz tomá-lo em consideração, e somente a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença

**41) PENHORA. APONTAR O CORRETO**

- a) são absolutamente impenhoráveis as provisões de alimentos necessárias à manutenção de devedor e de sua família durante três meses
- b) são absolutamente impenhoráveis os materiais necessários para obras em andamento penhoradas

- c) podem ser penhorados, à falta de outros bens, as imagens e os objetos do culto religioso de grande valor
- d) é absolutamente impenhorável imóvel rural, até dez módulos, desde que este seja o único de que disponha o devedor

42) DENOMINA-SE COISA JÚLGADA MATERIAL A EFICÁCIA QUE TORNA IMUTÁVEL E INDISCUTÍVEL A SENTENÇA, NÃO MAIS SUJEITA A RECURSO. CONFORME FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA (MANUAL DE PROCESSO DO TRABALHO), INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA

- a) considerando o suporte de imutabilidade, de indiscutibilidade e de irretratabilidade, não se poderá decidir novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide
- b) a majestade das *res judicata* se projeta de forma absoluta, porque já apreciada a matéria em todos graus de jurisdição
- c) na hipótese de injustiça do julgado, a *res judicata* poderá ser desconstituída por ação rescisória
- d) estão corretas apenas as alternativas b e c

43) PROVA EMPRESTADA É O APROVEITAMENTO DE MATÉRIA JÁ PROVADA EM DETERMINADO PROCESSO, COM ECONOMIA DE TEMPO E TRABALHO

- a) tal prova encontra respaldo nos princípios de economia e de celeridade processual, todavia, em face de respeito ao princípio do contraditório, e da inquirição no devido processo legal, é excluída em relação a testemunhas, confissão, depoimento pessoal
- b) tal prova não pode corresponder a testemunhos, depoimento pessoal, embora subordinada à realidade dos autos em que foi produzida, porque vedada a violação de possível acareação
- c) sempre subordinada à realidade dos autos em que foi produzida, apesar dos aludidos óbices apresentados, é possível a adoção como prova emprestada de documentos, testemunhos, confissão, depoimento pessoal, exame pericial
- d) nda

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

44) OS LITIGANTES CELEBRAM ACORDO CONTENDO PARCELA INDENIZATÓRIA. O JUIZ (INDICAR A ALTERNATIVA CORRETA)

- a) intima o INSS quanto à homologação do acordo, informando sobre a natureza indenizatória, assim facultando à autarquia interpor recurso na demanda relativo à contribuição que lhe for devida
- b) apenas comunica o INSS quanto à homologação do acordo, valor e partes, para o procedimento administrativo da autarquia
- c) apenas informa o INSS quanto ao acordo homologado, valor e partes

d) apenas comunica o INSS quanto à homologação do acordo, informando sobre a natureza indenizatória, não cabendo à autarquia qualquer recurso na demanda, porque, afora a supremacia da vontade das partes, no caso de conciliação, o respectivo termo lavrado vale como decisão irrecurável

#### 45) CONSIDERANDO AS PROPOSTAS

1- são também beneficiários do regime geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, a companheira, o companheiro, cuja dependência econômica deve ser comprovada

2- é também considerada como doença do trabalho a afecção degenerativa que produz incapacidade laborativa

3- consoante o *caput* do artigo 63 da Lei 8.213/91, o segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado, então, durante o período do auxílio-doença, a empresa está obrigada ao pagamento da diferença entre o valor deste e a importância relativa à licença

4- é obrigatória a conservação, durante cinco anos, das cópias dos comprovantes de pagamento do salário-família e das cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social

- a) nenhum tópico está correto
- b) estão corretos apenas os tópicos 1 e 2
- c) estão corretos apenas os tópicos 3 e 4
- d) estão corretos apenas os tópicos 1 e 4

#### 46) PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INDICAR A CLASSIFICAÇÃO ADOTADA POR FELIÇO COIMBRA ("DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO")

- a) salário-maternidade, auxílio-reclusão e pensão decorrente de anistia, são prestações por incapacidade
- b) aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de serviço são prestações por perda do sustento proporcionado pelo trabalhador aos seus dependentes
- c) auxílio-reclusão e pensão decorrente de anistia são prestações para suplemento da renda familiar
- d) aposentadoria do anistiado e aposentadoria por tempo de serviço, são prestações por incapacidade

#### 47) O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO OU DE SERVIÇO RELATIVOS À "CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO" SERÁ CONTADO, OBSERVADO O SEGUINTE

- a) será admitida a contagem em dobro, conforme hipótese específica ou em condições especiais
- b) o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo
- c) permitida a contagem por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro
- d) o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de vigência da Lei 8.213/91, será computado sem que seja necessário o pagamento das contribuições a ele correspondentes, desde que cumprido o período de carência

### DIREITO INTERNACIONAL

48) CONSIDERANDO CADA ATO: 1- INVESTIDURA ATRAVÉS DE CARTA PATENTE; 2- REPRESENTANTE ESCOLHIDO ENTRE OS NACIONAIS DO ESTADO EM QUE VAI SERVIR; 3- PEDIDO DE "AGREEMENT", APONTAR O ENQUADRAMENTO CORRETO

- a) cônsul – cônsul "electi" - diplomata
- b) cônsul – cônsul "missi" – diplomata
- c) diplomata – cônsul "electi" – diplomata
- d) cônsul – diplomata – cônsul "missi"

### DIREITO PENAL

49) ARREPENDIMENTO EFICAZ. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA.

- a) se confundem, pois ambos impedem que ocorra o resultado criminoso
- b) no arrependimento eficaz o agente apenas interrompe o processo de execução que iniciara; na desistência voluntária, embora já realizado todo o processo de execução, o agente impede o resultado
- c) no arrependimento eficaz, embora já consumado todo o processo de execução, o agente impede que o resultado ocorra; na desistência voluntária o agente interrompe o processo de execução que iniciara
- d) embora momentos diferentes, no arrependimento eficaz e na desistência voluntária não haverá tipicidade, porque não iniciada a execução

50) ADVOGADO RETIRA OS AUTOS NO CARTÓRIO E OS RETÉM DOLOSAMENTE. TEM PROCURAÇÃO JUNTADA. INTIMADO NOS TERMOS LEGAIS, DEIXA DE DEVOLVÊ-LOS NO PRAZO MARCADO. ENQUADRAMENTO PENAL

- a) fraude processual
- b) crime de sonegação de objeto
- c) desobediência a decisão judicial
- d) não comete crime, apenas infração administrativa punível pela Ordem dos Advogados do Brasil